

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO POPULAR

Gabriela dos Santos Sousa¹, Jemerson Vinicius Costa Oliveira², Rayck Christielson Sousa
Mendes³, Lídia Azevedo de Menezes Rodrigues⁴

RESUMO

Este artigo analisa o papel dos movimentos sociais na alfabetização de jovens e adultos no Brasil, destacando suas contribuições para o enfrentamento das desigualdades históricas e sociais que sustentam o analfabetismo. O objetivo é compreender como iniciativas populares, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Projeto Mãos Solidárias e da aplicação do método cubano Yo, sí puedo, articulam práticas educativas que vão além da decodificação da escrita, promovendo inclusão, emancipação e participação cidadã. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em autores como Paulo Freire, Arroyo, Gadotti e Mata Oliveira, além da análise de dados recentes do IBGE. Os resultados apontam que, embora a taxa de analfabetismo tenha diminuído nas últimas décadas, sua permanência em grupos marginalizados negros, idosos, mulheres e populações do Nordeste, revela o caráter estrutural da exclusão educacional no país. A discussão evidencia que os movimentos sociais desempenham papel estratégico ao vincular a alfabetização à luta por direitos, à identidade cultural e à transformação social. Conclui-se que superar o analfabetismo exige políticas públicas intersetoriais articuladas com a ação coletiva dos movimentos sociais, reafirmando a educação como prática de liberdade e caminho para uma sociedade justa e democrática.

Palavras-chave: Alfabetização. Desigualdade social. Educação popular. Paulo Freire. Movimentos sociais.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização de jovens e adultos no Brasil permanece um desafio histórico e estrutural, profundamente marcado pelas desigualdades sociais, regionais e raciais. O analfabetismo não pode ser compreendido como falha individual, mas sim como uma “deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural”

¹ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Gabriellasantos60@gmail.com

² Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), jemersonviniciuscosta@gmail.com

³ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), rayckmendes25@gmail.com

⁴ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), lidia_azevedo@uvanet.br



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

(Gadotti, 2014), refletindo os limites impostos pelas estruturas sociais históricas.

É nesse contexto que os movimentos sociais assumem papel estratégico. Compreendendo a educação como prática política e emancipatória, iniciativas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Projeto Mãos Solidárias e o método cubano Yo, sí puedo mostram que alfabetizar vai além do ensino da leitura e da escrita: significa criar condições de cidadania, participação social e fortalecimento da identidade cultural de sujeitos historicamente excluídos. Ao articular teoria e prática, essas ações encarnam a ideia de Paulo Freire (2001) de que toda educação autêntica é “utópica e esperançosa”, pois denuncia as opressões e anuncia novos horizontes possíveis, sustentando-se na práxis social e coletiva.

Nesse cenário, o projeto “Jornada de Alfabetização de Jovens e Adultos nas Periferias” surge como um exemplo concreto da articulação entre movimentos sociais e políticas públicas, implementado em diversos estados brasileiros por meio do Ministério da Educação, em parceria com o Projeto Mãos Solidárias. Inspirado na pedagogia freireana, o projeto reafirma que alfabetizar é transformar realidades, promovendo não apenas habilidades cognitivas, mas também consciência crítica e engajamento social.

A partir desse panorama, surgem questões centrais que guiaram este estudo: de que forma os movimentos sociais contribuem para o combate ao analfabetismo no Brasil? Quais impactos sociais e políticos podem emergir de suas práticas educativas?

Para respondê-las, este artigo combina pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em autores como Freire (2001), Arroyo (2011), Gadotti (2014) e Mata Oliveira (2009), além da análise de experiências práticas que comprovam o papel transformador da alfabetização popular.

2 ANALFABETISMO E DESIGUALDADE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA NAS PERIFERIAS URBANAS

A alfabetização, enquanto direito social, foi formalmente assegurada pela Lei de



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que estabelece a educação como dever do Estado e direito de todos, a ser garantida com igualdade de acesso, permanência e qualidade (BRASIL, 1996). No entanto, a conquista desse direito é resultado de um longo processo histórico marcado por exclusões.

No Brasil Imperial, a instrução pública era extremamente restrita: em meados do século XIX, cerca de 90% da população era analfabeta, com a escolarização praticamente limitada às elites. A herança escravocrata perpetuou uma sociedade rigidamente desigual, na qual o acesso à leitura e à escrita era negado à grande maioria da população, sobretudo negros, pobres e mulheres. Essa realidade reforça a análise de Barreto, que observa como, desde antes de 1900, homens e mulheres não tinham garantido o bem social da escrita, evidenciando a negligência histórica em relação aos direitos humanos (Barreto, 1998, p. XX).

Ao longo do século XX, as taxas de analfabetismo caíram gradualmente: em 1920, mais de 65% dos brasileiros com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever; em 1940, esse índice ainda era de 56%; e somente a partir da década de 1970 houve avanços mais significativos, chegando a 25,5% em 1980. Já no início dos anos 2000, como apontam dados oficiais, persistem contrastes alarmantes: a taxa de analfabetismo em domicílios com renda superior a dez salários mínimos era de apenas 1,4%, enquanto em famílias com renda muito baixa chegava a 29% (BRASIL, 2003, p. 11). Essa desigualdade educacional reflete diretamente a concentração de renda no país, em que os 20% mais ricos detêm renda 32 vezes superior à dos 20% mais pobres.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Atualmente, de acordo com a Pnad Contínua Educação do IBGE, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais caiu para 5,3% em 2024, correspondendo a 9,1 milhões de brasileiros (IBGE, 2025). Apesar do recuo em relação a décadas anteriores, o problema segue concentrado nos grupos historicamente marginalizados. O Nordeste responde por mais da metade dos analfabetos (55,6%), e estados como Alagoas (14,3%), Piauí (13,8%) e Ceará (11,7%) apresentam índices muito acima da média nacional (IBGE, 2025). A desigualdade racial é evidente: enquanto 3,1% dos brancos permanecem analfabetos, a taxa entre pretos e pardos chega a 6,9%, e entre idosos negros esse número ultrapassa 21% (IBGE, 2025). Além disso, o analfabetismo é mais elevado entre idosos (14,9% com 60 anos ou mais), o que demonstra como as gerações anteriores, menos alcançadas por políticas educacionais, ainda carregam as marcas da exclusão.

Esses dados evidenciam que o analfabetismo não pode ser entendido apenas como ausência de escolarização, mas como expressão de desigualdades históricas e estruturais.

É necessário compreender os sujeitos concretos e históricos que vivenciam diferentes tempos e condições de vida, superando visões restritivas que naturalizam a exclusão. Além disso, é fundamental reconhecer as especificidades culturais dos contextos em que os sujeitos estão inseridos, evitando abordagens homogêneas que desconsiderem a diversidade do povo brasileiro” (Arroyo, 2011, p. 22-23)

Assim, a alfabetização deve ser compreendida não apenas como política técnica de ensino da leitura e escrita, mas como prática social, cultural e política, profundamente vinculada à luta por igualdade e justiça social.

Portanto, embora o Brasil tenha avançado consideravelmente na redução do analfabetismo, os números atuais revelam que ainda há muito a ser feito para superar as marcas históricas de exclusão e desigualdade. A alfabetização deve ser tratada como um



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

direito humano essencial e como instrumento de emancipação, exigindo políticas públicas que dialoguem com as condições sociais, culturais e econômicas da população, de modo a efetivar a democratização do acesso à escrita e fortalecer o processo de construção de uma sociedade mais justa.

3 EXPERIÊNCIAS E PROJETOS DE ENFRENTAMENTO AO ANALFABETISMO

A permanência do analfabetismo no Brasil, mesmo diante dos avanços educacionais, revela que a desigualdade não se restringe ao campo escolar, mas constitui um problema estrutural, intimamente ligado às condições sociais, econômicas e políticas. A alfabetização, nesse sentido, deve ser compreendida como um processo que ultrapassa o mero ensino da leitura e da escrita, tornando-se parte de um projeto de emancipação social e cidadã.

“A educação não é neutra: ela é sempre um ato político e social, que deve possibilitar ao educando compreender o mundo em que vive, situar-se criticamente e atuar na transformação da realidade. A alfabetização, portanto, não se limita ao aprendizado do código escrito, mas se constitui como instrumento de liberdade, participação e emancipação” (Freire, 1996, p. XX).

É nesse contexto que emergem experiências e programas de grande relevância, como o Projeto Mãos Solidárias, o método “Sim, eu posso” e a Jornada de Alfabetização, que reafirmam a educação como prática de liberdade, nos termos de Paulo Freire.

O Projeto Mão Solidárias é uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que nasce do princípio da solidariedade de classe e da luta coletiva contra a fome, a pobreza e a exclusão social. Durante a pandemia de Covid-19, esse projeto ganhou visibilidade por articular doações de alimentos agroecológicos, mutirões de saúde e ações formativas voltadas para comunidades vulneráveis. Nesse movimento, a alfabetização é entendida como parte de uma luta mais ampla pela dignidade humana: não basta apenas garantir o acesso ao código escrito, mas também



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

criar condições concretas para que homens e mulheres tenham assegurados os direitos básicos de existência. Ao unir o combate à fome com o combate ao analfabetismo, o Mãos Solidárias reafirma que a educação só se efetiva quando vinculada à vida e ao enfrentamento das desigualdades estruturais.

Outro exemplo fundamental é o método cubano “Yo, sí puedo”, conhecido no Brasil como “Sim, eu posso”. Desenvolvido pelo Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC), esse método já foi aplicado em mais de 30 países, alfabetizando milhões de pessoas, especialmente em contextos de extrema vulnerabilidade. Sua principal característica é associar letras a números, o que facilita o aprendizado de jovens, adultos e idosos que tiveram negado o acesso à escolarização formal. No Brasil, foi incorporado por meio de parcerias entre movimentos sociais, universidades e programas governamentais, sendo utilizado em comunidades rurais, quilombolas e indígenas. Mais do que um recurso técnico, o “Sim, eu posso” se apresenta como uma proposta política, pois resgata a autoestima dos sujeitos, reafirma sua identidade cultural e demonstra que a alfabetização é possível em qualquer etapa da vida. Ele se alinha à concepção freireana de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”, a educação, portanto, deve nascer do diálogo, da solidariedade e da realidade concreta dos povos.

A Jornada de Alfabetização, por sua vez, foi uma ampla mobilização nacional que buscou articular diferentes setores sociais em prol da erradicação do analfabetismo. Organizada com a participação de universidades, escolas públicas, movimentos populares do campo e da cidade, e instituições comunitárias, a Jornada evidenciou que o desafio da alfabetização exige ações interinstitucionais e coletivas. O esforço partiu da compreensão de que o analfabetismo não é fruto de uma incapacidade individual, mas de um processo histórico de exclusão. Assim, as Jornadas tinham como objetivo não apenas alfabetizar tecnicamente, mas possibilitar que trabalhadores, camponeses,



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

mulheres, negros e indígenas se reconhecessem como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento.

4 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de caráter exploratório, fundamentada em análise bibliográfica e documental. Foram consultadas obras de referência em educação popular e pedagogia crítica (Freire, 1987; 1996; 2001; Gadotti, 2014; Arroyo, 2011; Mata Oliveira, 2006, 2009), relatórios de experiências de alfabetização popular, como o método Yo, Sí, Puedo e o Projeto Mãos Solidárias (MST, 2014), e dados estatísticos recentes do IBGE (2025).



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Foram selecionadas fontes que articularam alfabetização, movimentos sociais, políticas públicas e perspectivas de gênero e diversidade. A pesquisa documental incluiu legislações (como a LDB/1996), relatórios oficiais e materiais produzidos por movimentos sociais. O cruzamento dessas fontes possibilitou compreender o papel desses movimentos na promoção da alfabetização, inclusão social, valorização cultural e reconhecimento das subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Essa abordagem metodológica permite analisar práticas, estratégias e desafios na construção de uma alfabetização popular emancipada, sensível às diferenças de gênero, diversidade cultural e territorial, evidenciando a importância da articulação entre teoria, prática educativa e políticas públicas para a efetivação da alfabetização como instrumento de transformação social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as experiências de alfabetização promovidas por movimentos sociais, evidencia-se que a alfabetização não pode ser compreendida de forma isolada, desvinculada das condições materiais, culturais, de gênero e sociais em que vivem os sujeitos. Conforme defende Arroyo (2011), é fundamental considerar os sujeitos em sua concretude histórica, com seus tempos de vida e trajetórias, para superar concepções restritivas que reduzem a alfabetização a uma etapa meramente escolar. Nessa perspectiva, Mata Oliveira (2009) ressalta a necessidade de reconhecer as especificidades culturais, territoriais e de gênero que envolvem o processo educativo, evitando soluções homogêneas que inviabilizam a diversidade social e subjetiva brasileira.

Programas como Mãos Solidárias, Sim, Eu Posso e a Jornada de Alfabetização demonstram que a alfabetização promovida por movimentos sociais vai além do domínio da leitura e escrita. Essas iniciativas representam respostas estratégicas ao analfabetismo, mas também projetos de transformação social, articulando educação, garantia de direitos básicos, valorização da cultura local, equidade de gênero e participação cidadã. Como



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

ênfatiza Paulo Freire, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”: antes de ensinar as letras, é necessário compreender a realidade dos sujeitos e intervir de forma significativa em suas vidas, reconhecendo as diferentes subjetividades que os constituem.

Os movimentos sociais de alfabetização popular cumprem, portanto, um papel central na construção de uma educação emancipadora, capaz de fortalecer a autonomia, o protagonismo e a participação social dos sujeitos, especialmente daqueles



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

historicamente marginalizados. Ao reconhecer as experiências, identidades e papéis de gênero, esses movimentos promovem uma educação inclusiva que não apenas ensina a ler e escrever, mas também estimula reflexão crítica, consciência política e valorização das diversidades.

Entretanto, os desafios persistem. A formação docente nem sempre contempla perspectivas de gênero e diversidade, e políticas públicas ainda enfrentam barreiras estruturais que limitam o acesso equitativo à educação de qualidade. Assim, avançar na alfabetização popular exige não apenas programas inovadores e engajamento comunitário, mas também políticas públicas integradas que deem suporte às práticas educativas, reconhecendo e valorizando a pluralidade de experiências, identidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, a contribuição dos movimentos sociais para a alfabetização popular se configura como uma estratégia potente de inclusão social, emancipação e transformação comunitária. A articulação entre práticas educativas, políticas públicas e engajamento comunitário permite que a alfabetização seja entendida não apenas como aprendizado formal, mas como ferramenta de construção de justiça social, equidade de gênero e reconhecimento das múltiplas subjetividades presentes na sociedade contemporânea.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O analfabetismo, especialmente nas periferias brasileiras, não se manifesta apenas como uma limitação individual, mas como expressão das profundas desigualdades históricas, sociais e econômicas que ainda marcam a sociedade. Trata-se de um fenômeno que reflete um legado de exclusão e marginalização, no qual amplas parcelas da população permanecem à margem dos processos de produção e circulação do conhecimento, dificultando sua participação plena na vida política, econômica e cultural. Nesse contexto, os movimentos sociais emergem como agentes estratégicos na promoção da alfabetização, articulando práticas educativas que transcendem o simples ensino da leitura e da escrita, vinculando-se à luta por direitos, à valorização da identidade cultural e à construção da



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

autonomia cidadã.

Iniciativas como o método Yo, sí puedo, o Projeto Mãos Solidárias e as Jornadas de Alfabetização ilustram como práticas coletivas podem criar espaços educativos capazes de transformar a realidade dos indivíduos. Tais experiências não se limitam à



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025
SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

transmissão de habilidades básicas, mas contribuem para o fortalecimento dos vínculos comunitários, o desenvolvimento da consciência crítica e o incentivo à participação ativa na sociedade. Nesse sentido, a pedagogia freireana revela-se fundamental, ao compreender a educação como prática de liberdade, que permite aos educandos interpretar criticamente o mundo e atuar como protagonistas de suas próprias trajetórias.

A análise histórica evidencia ainda que a alfabetização promovida por movimentos sociais amplia o acesso à cidadania e contribui para a redução das desigualdades estruturais. Ao articular saberes locais, conhecimentos tradicionais e metodologias inovadoras, essas ações demonstram que a superação do analfabetismo é inseparável da promoção da justiça social, da democracia participativa e da equidade. Assim, políticas públicas voltadas à educação devem caminhar de maneira integrada com a mobilização social, garantindo que programas de alfabetização contemplem não apenas a aquisição de competências básicas, mas também a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

Diante disso, conclui-se que superar o analfabetismo demanda uma abordagem articulada, na qual a intervenção estatal se combina à ação coletiva e popular, transformando a alfabetização em instrumento de emancipação. Reconhecer o papel dos movimentos sociais nesse processo é, portanto, reconhecer o potencial transformador da educação, que, quando associada à participação comunitária, torna-se capaz de fomentar sociedades mais justas, inclusivas e democráticas, nas quais a leitura do mundo constitui um ato de liberdade e de construção de futuro.

7 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Educação de jovens e adultos: memórias e políticas públicas*. Brasília: MEC; INEP, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.



CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Mapa do analfabetismo no Brasil*. Brasília: MEC; INEP, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Educação de jovens e adultos: a trajetória brasileira*. Brasília: MEC; INEP, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua Educação 2024: indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta*. Agência de Notícias IBGE, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MATA OLIVEIRA, Maria. *Educação de jovens e adultos: especificidades culturais e práticas pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2009.

MATA OLIVEIRA, Maria. *Educação de jovens e adultos: experiências e perspectivas*. Recife: UFPE, 2006.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Relatório de atividades: 10 anos do projeto “Sim, eu posso” no Brasil*. São Paulo: MST, 2014.

